



A representação da violência na literatura: maternidade compulsória e cultura do estupro como mecanismos de dominação em *Uma Duas*

The representation of violence in literature: compulsory maternity and rape culture as domination mechanisms in Uma Duas

Seção Livre

Patricia Librenz*

ORCID: 0000-0001-8269-1738

E-mail: librenz.patricia@gmail.com

Antonio Rediver Guizzo**

ORCID: 0000-0002-6583-8205

E-mail: antonio.guizzo@unila.edu.br

Recebido: 17/07/2022

Aprovado: 20/06/2023

Resumo:

O tema deste artigo é a representação da violência na literatura contemporânea. O objetivo geral é investigar, por meio de uma análise literária, se a maternidade compulsória também pode ser considerada uma expressão da violência contra a mulher. Para isso, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo, através de uma investigação bibliográfica. Na segunda seção, foi apresentado um panorama da obra a ser estudada – o romance *Uma Duas* (2011), de Eliane Brum; na terceira seção, foi feita uma síntese bibliográfica para explicar as dimensões da violência segundo as teorias de Žižek (2014) e Bourdieu (2012). Por fim, com base em teóricas feministas como Badinter (2011), Donath (2017) e Federici (2017), buscou-se compreender como a dominação masculina, a cultura do estupro e a maternidade compulsória inter-relacionam-se e em quais categorias de violência podem ser incluídas.

Palavras-chave:

representação da violência na literatura; cultura do estupro; violência simbólica; maternidade compulsória; *Uma Duas*.

Abstract:

Representation of violence in contemporary literature is the theme of this research article. The purpose is to investigate, using literary analysis, whether compulsory motherhood can be considered an expression of violence against women. Thus, qualitative approach research using the hypothetical-deductive method was carried out, through a bibliographic investigation. The second section presents an overview of the work to be studied – the novel *Uma Duas* (2011), by Eliane Brum; the third section brings up a bibliographic synthesis to explain the dimensions of violence according to the theories of Žižek (2014) and Bourdieu (2012). Finally, based on feminist theorists such as Badinter (2011), Donath (2017), and Federici (2017), we sought to understand how male domination, rape culture, and compulsory motherhood interrelate and in which categories of violence they can be included.

* Doutoranda em Letras na UFPR, mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e revisora de textos na mesma instituição.

** Doutor em Letras pela Unioeste e professor do magistério superior na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq-PQ-2.



Keywords:

representation of violence in literature; rape culture; symbolic violence; compulsory maternity; *Uma duas*.

Introdução

O foco deste trabalho é estudar a representação da violência contra a mulher na literatura contemporânea, à luz da teoria sobre violência subjetiva e objetiva de Žižek (2014) e da relação entre a violência simbólica e a dominação masculina, proposta por Pierre Bourdieu (2012). Os objetivos específicos deste artigo são: explicitar as diferenças entre violência subjetiva e objetiva – desta última, trataremos especialmente sobre a violência simbólica; e especificar em qual dessas categorias de violência enquadra-se a maternidade compulsória, analisando, também, a cultura do estupro (tendo em vista que muitas mulheres estupradas são obrigadas a serem mães). Esses fatores contribuem para a perpetuação da dominação masculina e, conseqüentemente, acabam sendo expressões de violência contra a mulher.

Para essa discussão, Badinter (1985; 2011), Donath (2017) e Federici (2017) trazem importantes reflexões sobre o mito do instinto materno, mostrando como a idealização da maternidade e, em especial, da mulher como cuidadora “natural” atua como um discurso de opressão e dominação. A análise parte do pressuposto de que estes fatores colaboram com a perpetuação do sistema patriarcal e da cultura do estupro, com foco na invisibilidade das violências simbólica e sexual. Assim, pretendemos mostrar como os desdobramentos dessa violação manifestam-se na constituição da narrativa.

A literatura é um dos meios artísticos que mais tem dado vazão aos discursos das mulheres que não se reconhecem na figura da mãe mítica. Desse modo, a arte, ao tratar de assuntos considerados tabus e que causam inquietação – e até um certo desconforto –, pode atuar como uma ferramenta desautomatizadora de uma visão de mundo pré-configurada.

Sabemos que um grande número de mitos, lendas e contos são etiológicos, isto é, são um modo figurado ou fictício de explicar o aparecimento e a razão de ser do mundo físico e da sociedade. Por isso há uma relação curiosa entre a imaginação explicativa, que é a do cientista, e a imaginação fantástica, ou ficcional, ou poética, que é a do artista e do escritor (CANDIDO, 2012, p. 83).

Embora a violência sexual contra a mulher esteja no centro desta análise, é importante salientar que a maternidade compulsória não existe apenas quando há estupro. A relevância de se trazer para o campo literário a discussão sobre esse tema está em mostrar como a relação entre a violência e a imposição social da maternidade pode aparecer na literatura e, quase sempre, nos atos e discursos sociais frequentes no cotidiano. Assim, alia-se prazer estético com reflexão filosófica, já que, de acordo com o crítico literário Antonio Candido (2012, p. 84), existe um laço “entre imaginação literária e realidade concreta do mundo”, e é justamente aí que reside uma das funções sociais da literatura.

Todavia, como os crimes de estupro são sempre muito difíceis de serem provados, para este trabalho, assumiu-se a versão da vítima como verdadeira, uma vez que este estudo propôs-se a analisar e categorizar os tipos de violência presentes em um relato – e não investigar e julgar as contradições e/ou deslizos no discurso da personagem. Desse modo, o desvelamento de suas ações poderá ser objeto de análise em estudos futuros. Essa lacuna na pesquisa, portanto, justifica-se considerando a natureza desta investigação, especificamente. A opção de considerar a versão

da mulher vítima de violência como irrefutável também se justifica pelo caráter feminista deste artigo.

Esta pesquisa, portanto, busca cumprir uma função não apenas estética em torno de um estudo literário, mas social, ao passo que trará à tona discursos de uma personagem que representa dois tipos de mulheres: tanto aquelas que tiveram filhos originados de estupros quanto as que tiveram filhos dentro de um sistema em que a maternidade é a norma social hegemônica. Norma, esta, “inquestionável”, apresentando-se, em muitas situações, como a única escolha possível. Dessa forma, mulheres que não se satisfazem sendo mães podem ter seus verdadeiros sentimentos em relação à maternidade oprimidos e silenciados, pois o senso comum situa a maternidade como uma fonte irrefutável de realização feminina – e as que ousam falar o contrário são vistas com estranhamento.

1 A construção estética da narrativa

Publicado no ano de 2011, o romance inaugural da jornalista Eliane Brum, *Uma Duas*¹, traz uma estrutura narrativa pouco comum. Com foco narrativo em primeira e terceira pessoas, a obra conta com três narradores distintos². A história começa a ser contada e protagonizada por Laura, uma mulher bem-sucedida que pede demissão da revista onde trabalhava como jornalista para cuidar da mãe doente. O desenvolvimento da narrativa lembra muito o estilo de um diário, com caráter bastante íntimo e pessoal, em que Laura descreve o hábito de se automutilar, e fala sobre a relação conflituosa que ela mantinha com a mãe, de quem agora via-se obrigada a cuidar.

Contudo, no capítulo 15, a mãe de Laura, Maria Lúcia, decide “invadir” a narrativa da filha para começar a escrever a sua versão da história (marcada no texto com a fonte em itálico), de forma que as narrações das duas passam a intercalar-se. Somente quando o leitor tem acesso ao relato de Maria Lúcia é possível conhecer o outro lado da história. Neste momento, a narradora surpreende o leitor ao revelar que Laura é fruto de um estupro (embora essa palavra não seja usada por ela em nenhum momento da história e ela nunca tenha tentado lutar contra o seu abusador, fica claro que essa relação não era consensual).

Antes de Laura, Maria Lúcia gerara outros quatro filhos. O fato de Laura ser do sexo feminino, aparentemente, foi o que a salvou de ter sido afogada na privada, como aconteceu com seus quatro irmãos, que depois foram enterrados no quintal. Embora o romance desenvolva-se, majoritariamente, com o foco narrativo em dois narradores em primeira pessoa, em alguns momentos da história aparece, também, um narrador em terceira pessoa³. Portanto,

[...] a narrativa tem o foco dividido por essa duplicidade: nos discursos de Maria Lúcia e de Laura em primeira pessoa, constituindo assim um discurso verossímil com um diário ou caderno de memórias – e por isso mais realístico; e numa voz discursiva em terceira pessoa, distanciada, mas onisciente, que propõe um discurso mais ficcional, definidor dos espaços dessas mulheres, em que o si mesmo se confunde com o outro. (OLIVEIRA, 2021, p. 108)

¹ As citações presentes neste artigo são da edição de 2018, em sua versão e-book, e a paginação segue o indicado no aplicativo Kindle (tanto na versão para Windows quanto para Android), que são diferentes da versão da obra impressa.

² Laura (a filha), que narra os capítulos 01, 03, 07, 08, 09, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 23, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 35 e 37; um narrador onisciente, que aparece nos capítulos 02, 04, 05, 06, 10, 11, 14, 26, 27 e 36; e Maria Lúcia (a mãe), que invade a narrativa da filha no capítulo 15 e, depois, assume, também, os capítulos 17, 18, 21, 22, 24, 29 e 30.

³ Quando Maria Lúcia assume a narrativa, isso é marcado no livro pelo uso da fonte em itálico. Na primeira edição impressa, de 2011, o narrador em terceira pessoa também era diferenciado, pelo uso de fonte em negrito, mas na edição de 2018 apenas a narração de Maria Lúcia recebe outro estilo.

De acordo com Farias (2021), esse narrador em terceira pessoa atua preenchendo as lacunas narrativas deixadas pelas personagens (e pelo caráter parcial que uma narração em primeira pessoa carrega na constituição do texto literário). Contudo, como o objetivo deste trabalho é tentar compreender pontos muito específicos do romance (em qual categoria de violência se encaixam o estupro e a maternidade compulsória), serão analisadas somente as perspectivas narrativas de Maria Lúcia que tenham relevância para o viés temático abordado nesta análise.

Para este artigo, o estudo do romance partirá da dimensão da idealização materna versus a relação conturbada entre mãe e filha. *A posteriori*, pretende-se mostrar como o poder exercido pelas figuras masculinas (o pai de Maria Lúcia e, depois, o homem com quem ela viveu – o pai de Laura), a cultura do estupro e a maternidade compulsória inter-relacionam-se e são, no final das contas, expressões da violência.

2 A idealização materna e a relação conturbada entre mãe e filha

Em uma tentativa de justificar ao leitor sua relação conflituosa com a maternidade, Maria Lúcia diz: “Eu não sou muito boa em amar. Quando Laura me acusa de desamor com seu olhar, ela não está tão enganada. Eu a amo mais do que jamais amei alguém [...], mas acho que o meu amor é fraco” (BRUM, 2018, p. 96).

A filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985), em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, traz vários elementos históricos para o seu texto, a fim de comprovar a tese de que instinto materno não é algo inato na mulher – e sim uma construção social e cultural. Em sua pesquisa, Badinter descreve como isso foi construído socialmente, traçando o percurso histórico dos discursos filosóficos que começaram a circular na França na segunda metade do século XVIII. A denúncia da filósofa aponta para evidências de que o objetivo desses textos era diminuir a mulher à condição de fêmea submissa, para que ela aceitasse uma posição de inferioridade em relação ao homem e, assim, ficasse restrita ao ambiente doméstico, aceitando cuidar dos filhos e do lar sem questionar, como se essas fossem as funções “naturalmente” reservadas a ela na sociedade.

Na obra analisada neste trabalho, essa cobrança social de que a mulher deve, necessariamente, assumir esse papel de mãe zelosa, livre de defeitos, aparece em vários momentos. Um deles é esta passagem em que Maria Lúcia tenta explicar o fato de ter sido, segundo ela mesma, “mal sucedida” na maternidade: “não tive uma mãe. Talvez seja por isso que eu não tenha sido uma boa mãe. Eu nunca soube o que uma mãe deve fazer. A minha morreu no parto” (BRUM, 2018, p. 71). Outro é quando resgata as memórias do pai: “Eu o via na madrugada, aquele homem acostumado a comandar outros homens, **mexendo nas panelas como se fosse uma mãe de família**, preparando meus pratos preferidos para o almoço sem ele” (BRUM, 2018, p. 78 – grifo nosso). E, ainda, quando supõe que sua doença seja uma espécie de castigo pelos filhos que afogou após o parto: “Será que os tumores que tomam conta de mim são aqueles bebês todos que matei e que voltaram para se vingar?” (BRUM, 2018, p. 128).

Sobre um outro romance, escrito por Jean-Jacques Rousseau (*Emílio, ou da Educação*, de 1762), Badinter aponta que é utilizado um discurso moralizante dirigido a Sophie, futura esposa de Émile. No livro, que é uma espécie de manual para a doutrinação de meninas, o personagem descreve como uma mulher deveria ser educada para tornar-se uma boa mãe e esposa submissa. Mas, de acordo com um estudo mais recente da mesma autora (2011), a mensagem desse romance de Rousseau foi bem absorvida pelas mulheres no século XVIII, uma vez que aquelas que não

se rebelavam contra o sistema eram “recompensadas” com os melhores casamentos (e, conseqüentemente, com as melhores posições sociais). Além disso, mesmo nos dias atuais, é bastante comum esse discurso moralizador, que carrega a mensagem de que ter um filho eleva o *status* de uma mulher. Em muitos contextos, ser uma mãe admirável é uma condição de pertencimento a vários grupos sociais.

Em contrapartida, mulheres que não se encaixam nesse ideal de “boa mãe” são socialmente excluídas e, frequentemente, carregam sentimentos de culpa por não corresponderem às expectativas do patriarcado.

A representação de uma mãe incomodada com o papel que lhe é demandado, instaura uma narrativa que apresenta a maternidade que não se encaixa nos padrões impostos, transparecendo os incômodos e as misérias desse feminino acerca de seu papel materno. Nesse sentido, *Uma Duas* (2018) revela as consequências deixadas nos sujeitos pela idealização do sujeito-mãe [...] (FARIAS, 2021, p. 133-134)

No livro *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*, a socióloga israelense Orna Donath (2017) aponta para uma suposta incapacidade da maioria das pessoas em “tratar a maternidade como apenas mais uma das relações humanas, e não como um papel ou um reino de sacralidade” (p. 14). Essa ideia corrobora a de Badinter (1985, p. 9), que considera ser “difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo”.

Apesar disso, essas mulheres que experimentam sentimentos ambivalentes nas suas experiências maternas têm encontrado alguma representatividade na literatura ficcional. Isso fica claro neste trecho, em que Maria Lúcia evidencia essa hesitação:

É uma boba essa minha filha. Tenho raiva dela agora. Porque ela vai viver, e eu não. Não, eu não daria minha vida pela de Laura, preciso dizer. **Não sou esse tipo de mãe. E nem acho que esse tipo de mãe exista. Só mesmo em novela e nesses filmes dramáticos que ganham o Oscar.** [...] Como é possível odiar e amar ao mesmo tempo? É o que sinto por Laura, um amor que odeia ou um ódio que ama. (BRUM, 2018, p. 123 – grifo nosso)

Nesse processo de desconstrução do imaginário da boa mãe, a mulher abnegada, submissa, que se completa com a maternidade e que sacrifica tudo pelos filhos vem dando lugar a personagens mais complexas e antagônicas – que, ao contrário do que afirma o senso comum, não desejavam ser mães e, ao vivenciarem a maternidade, percebem que não pertencem àquele lugar, sentindo-se aprisionadas e “sufocadas”. Este sentimento pode ser observado neste trecho do romance analisado, quando Maria Lúcia invade a narrativa de Laura: “As paredes de mim me sufocam. Aviso minha mãe que vou sair. Se precisar, é só me chamar [...]. *Ainda bem que você saiu. Eu já estava me sufocando com sua presença no ar que eu quase não respiro.*” (BRUM, 2018, p. 62).

No livro *O conflito: a mulher e a mãe*, Badinter (2011) lança luz sobre esse fenômeno social de desconstrução da maternidade romântica, que surgiu após a Segunda Onda do feminismo:

Com exceção daquelas [mulheres] que encontram sua plena realização na maternidade [...], todas as outras farão, mais dia menos dia, a avaliação dos prazeres e das penas. De um lado, uma experiência insubstituível, o amor dado e recebido, a importância da transmissão e da continuidade da vida; do outro, as frustrações e o estresse cotidiano, o sacrifício de si, os conflitos inevitáveis e, às vezes, o sentimento de derrota com a culpa decorrente (BADINTER, 2011, s/p).⁴

⁴ A versão e-book deste livro não tem paginação

Dessa maneira, no romance *Uma Duas*, Eliane Brum consegue usar a literatura para dar voz a várias mulheres silenciadas pelo discurso dessa idealização materna e problematiza a romantização da gestação e da maternidade, através de várias falas dessa antagonista personagem, como nesta citação que segue:

Eu duvido que essas mulheres que ficam exibindo suas barrigas saudáveis nessas revistas femininas que Laura costuma comprar e falando sobre as maravilhas da maternidade não tenham pelo menos um dia, um diazinho só, sentido que havia um monstro dentro delas, comendo-as de dentro para fora. Pode ser que eu seja a única mulher doida do mundo, mas duvido. Du-vi-do. (BRUM, 2018, p. 127).

Maria Lúcia, portanto, descreve sua experiência materna de forma muito diferente do imaginário da boa mãe, para as quais a maternidade representa uma fonte de força. Para ela – e para tantas outras mães “invisíveis” mundo afora –, essa relação sempre esteve muito longe desse ideal, resumindo-se apenas à memória das violências que sofreu e que se viu obrigada a cometer depois, ao matar os filhos que via como possíveis abusadores em potencial no futuro, como pode ser observado neste trecho: “Constatee que tinha aquela coisa no meio das pernas e um dia tentaria se enfiar em mim como o pai dele” (BRUM, 2018, p. 125).

3 Tipos de violência

Antes de partir para a análise da representação da violência na obra pesquisada, faz-se necessário, primeiramente, definir o que é violência. Para isso, recorreremos às obras *Sobre a Violência* (2017), da filósofa brasileira Marilena Chauí; *Violência: seis reflexões laterais* (2014), do filósofo esloveno Slavoj Žižek; e *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica* (2012), do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Para Chauí (2017), “violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso **físico e/ou psíquico** contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror” (p. 36 – grifo nosso). Sendo assim, nem todo ato violento precisa, necessariamente, estar atrelado ao uso de força física. No livro *Mal-estar na maternidade*, a psicanalista Vera Iaconelli (2020) propõe a seguinte reflexão: “de onde vêm os bebês na contemporaneidade? Pois muito frequentemente vêm de experiências de violência não reconhecida, pela banalidade com que elas ocorrem” (p. 67). No livro *Mães arrependidas*, Orna Donath explica que há diferença entre consentimento e vontade e traz relatos de mulheres que afirmam que ter filhos foi o preço que tiveram que pagar pelo seu casamento.

Duas pessoas que compartilham a vida em um relacionamento amoroso podem certamente ter discordâncias a respeito de seu futuro juntos e do sonho de ter filhos. Algumas vezes essas diferenças de opinião podem levar à decisão mútua de se separar. Mas às vezes se procria a fim de garantir a continuidade do relacionamento, e o lar se torna uma arena de imposições, chantagem, ameaça e coerção, na qual as crianças ainda não nascidas são usadas como instrumentos de demonstração de poder. [Isso pode ser observado no seguinte relato:] “Desde o dia em que nos casamos, ele simplesmente não parava... de colocar uma terrível pressão sobre mim, a ponto de dizer: “Tudo bem, se não vamos tentar engravidar, então vamos nos divorciar.” [...] E eu disse: “Tudo bem, não quero me divorciar, então vamos ter filhos.” (DONATH, 2017, p. 52-53)

Para explicar a violência, Žižek (2014) propõe uma divisão entre violência subjetiva e objetiva, situando a violência subjetiva como aquela que permanece mais na superfície e, portanto, mais visível socialmente. Já a violência objetiva, de acordo com sua teoria, é a camada invisível da manifestação da violência, e divide-se em duas: violência simbólica e violência sistêmica (essa última não será abordada aqui).

Já Pierre Bourdieu (2012) define violência simbólica como uma “violência doce e quase sempre invisível” (p. 47). Contudo, o sociólogo alerta que não se pode tomar a palavra *simbólica* “como o oposto de real, de efetivo” (p. 46), uma vez que isso traria a falsa suposição “de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’ e, indiscutivelmente, sem efeitos reais” (p. 46). Para esse estudioso, reduzir os efeitos reais da violência simbólica pelo fato de ela ser invisibilizada seria o equivalente a “tentar desculpar os homens por essa forma de violência” (p. 46). Portanto, para compreender como ocorre essa dinâmica da violência simbólica, que explica a submissão feminina, relacionaremos essa teoria com alguns fatos narrados no romance de Eliane Brum.

3.1 A dominação masculina

De acordo com Silvia Federici (2017), desde a constituição do ideal de família burguesa, as mulheres acumularam a função de mães, donas de casa e esposas, exercendo, portanto, trabalho doméstico, sexual e reprodutivo, sempre de forma não remunerada, devendo executá-lo “por amor” e “por vocação”. “A importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital tornaram-se invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres’” (FEDERICI, 2017, p. 145). Assim, ao situar a maternagem como uma função restrita ao universo feminino, os homens ganharam uma série de privilégios ao longo da história.

Em *Uma Duas*, essa dominação masculina materializa-se pela forma como Maria Lúcia aprendeu a, desde sempre, naturalizar sua condição de inferioridade em relação ao pai. Enquanto o romance está sendo narrado apenas da perspectiva de Laura e de um narrador onisciente, não sabemos exatamente o que aconteceu entre mãe e filha para que Laura odiasse tanto sua genitora. Só é possível compreender quando Maria Lúcia invade a história da filha.

É nesse momento que a narrativa se direciona a um plano narrativo que o leitor não espera e que lhe impressiona, rompendo novamente com a verossimilhança da expectativa do leitor: é o discurso de Maria Lúcia, que escreve também para a filha, que rompe com as amarras corporais, e as separa, como **indivíduos vítimas das circunstâncias masculinas**, dos padrões patriarcais impostos, em que cada uma pode viver com suas próprias dores (OLIVEIRA, 2021, p. 115 – grifo nosso).

Como a mãe de Maria Lúcia morreu no parto, ela acabou sendo criada apenas pelo pai, um militar austero, solitário e afetivamente frio. Ela relata ter crescido sem carinho, sem liberdade e em total isolamento social, já que nunca frequentou a escola – aprendeu a ler e a escrever em casa. “Na minha infância as escolas não eram mistas, e as meninas de boa família estudavam em colégios de freiras. Mas meu pai não gostava que eu convivesse com outras crianças porque podia aprender coisas erradas. Então nunca fui à escola” (BRUM, 2018, p. 72). A ela, jamais foi permitido sair de casa sem o pai, nem mesmo depois de adulta. Assim, pode-se inferir que a personagem sempre viveu em uma espécie de prisão domiciliar.

Maria Lúcia passava os dias completamente sozinha, já que o pai também não confiava em ninguém para colocar dentro de casa, de forma que ela viveu por mais de 20 anos tendo contato somente com a figura paterna, e raramente via alguns poucos vizinhos e o porteiro do prédio, pessoas com as quais era desencorajada a conversar. Contudo, o pai morreu de repente, com aproximadamente 50 anos de idade. Infarto fulminante. Maria Lúcia, embora já fosse uma mulher, de aproximadamente 22 anos, não sabia nada sobre o mundo, já que viveu sempre nessa bolha criada pelo pai, que cerceava sua liberdade dentro e fora de casa, proibindo-lhe até mesmo o acesso ao dicionário (o qual ela consultava escondido). Dessa forma, ela chegou à idade adulta sem saber sequer como os bebês eram concebidos.

No domingo, ele me levou ao parque. E eu pude ver outros casais como nós no gramado. Eles se beijavam, e nós não. Eles se abraçavam, e nós não. Quando voltamos, eu o abracei, e nós fizemos aquilo que só muito mais tarde eu saberia o nome. Foi a única vez que eu quis com ele. Porque no dia seguinte eu vomitei. E ele soube que eu estava grávida. Porque eu mesma não entendia o que era gravidez (BRUM, 2018, p. 101).

O pai de Maria, para manter a filha sob vigilância constante, inventava a desculpa de que havia esquecido algo em casa, então voltava de surpresa no meio da tarde para buscar: “Isso acontecia várias vezes por semana. [...] Ele sabia que eu sabia que era desculpa. E eu sabia que era para eu saber que era desculpa” (BRUM, 2018, p. 73). O excesso de vigilância e de preocupação em manter a filha isolada da vida pública, contudo, não revelou nenhuma motivação obscena, tendo em vista que ele evitava até mesmo o contato físico com Maria Lúcia:

Meu pai, porém, era pudico com o meu corpo. Nunca tocou em mim. Nem mesmo para me dar colo ou um beijo de aniversário. Meu pai achava que uma relação decente entre pai e filha não incluía o toque. E eu passei a infância toda sem nenhum carinho, mas, como eu não sabia que fazia falta, acho que não fazia falta mesmo (BRUM, 2018, p. 73-74).

Essa superproteção, contudo, acabou deixando-a ainda mais vulnerável. Quando o pai de Maria Lúcia morreu, o porteiro do prédio, que, após anos de observação, já conhecia muito bem a dinâmica da casa, viu a oportunidade de assumir a posição de chefe da família e o comando sobre uma mulher que não saberia se defender.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte [...] (BOURDIEU, 2012, p. 45)

Para Bourdieu, a dominação masculina se enquadra no que ele denomina como violência simbólica – ou invisível. Desamparada e sem saber como mudar sua situação, Maria Lúcia aceita que o “homenzinho”, como costumava chamá-lo, viva com ela e, ao ser estuprada, acredita que aquilo é um casamento. Ela não gostava dos toques, mas nunca tentou impedi-lo. E, embora o homem continuasse saindo de casa para trabalhar, era ele quem administrava o dinheiro da pensão que Maria Lúcia recebia pela morte do pai militar. Neste trecho, Lina Meruane (2018) menciona o que significavam os casamentos para as mulheres antes da emancipação feminina:

Longe de lhes conceder novas formas de incidência soberana, o casamento amputava suas possibilidades de ação pública. A recém-casada delegava todas as decisões políticas a seu marido,

consentia, por força, a entregar o controle do dinheiro (o que trouxesse como dote ou o que pudesse ganhar com seu trabalho ocasional); concedia-lhe o poder e a palavra, ficando excluída de sua própria existência social. Ter filhos selava as portas de sua nova prisão: a responsabilidade da mulher-mãe era cuidar da prole a portas fechadas, enquanto o homem saía para a rua para intervir na vida que transcorria agitada fora do lar (MERUANE, 2018, p. 20-21).

Maria Lúcia vive uma dinâmica muito semelhante à do exemplo acima com o pai de Laura, com quem acaba tendo cinco filhos – e isso só acontece porque ela foi abusada sexualmente, fato que será detalhado mais adiante. Contudo, os quatro primeiros filhos, todos meninos, foram afogados pela mãe na privada e, depois, enterrados no quintal. Como ela nunca saía de dentro de casa, os vizinhos sequer podiam saber que um dia esteve grávida. Maria Lúcia narra, também, o momento em que tentou, sem sucesso, afogar Laura na privada:

[...] quando enfiava a cabeça dela dentro da água, ela não berrou como os outros. Laura me olhou. Só me olhou. E aí eu preciso confessar que senti uma coisa diferente. De algum modo aquele monstrinho sabia quem eu era. E eu não pude. Queria, mas não pude (BRUM, 2018, p. 126).

Portanto, o único bebê que Maria Lúcia não conseguiu matar por “sentir algo diferente” era uma menina, o que anuncia seus medos e traumas, “tendo em vista os cercamentos enfrentados por ela nos vínculos com o masculino” (FARIAS, 2021, p. 134). Outro ponto é que somente depois do nascimento de Laura é que Maria Lúcia passa a impedir veementemente que seu abusador deite-se com elas na cama, revelando sua preocupação com a filha, uma vez que queria impedi-lo, também, de tocar a menina.

3.2 A cultura do estupro

Segundo Carmen Hein de Campos (2017), o termo “cultura do estupro” surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos, mas no Brasil ele se popularizou após um estupro coletivo, ocorrido em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Essa expressão é frequentemente usada para referir-se a ações de abuso sexual praticadas por homens contra as mulheres. “Essa cultura define a sexualidade masculina como naturalmente agressiva, a feminina como passiva, e exige das mulheres o comportamento de polidez, delicadeza e de não confronto” (CAMPOS *et. al.*, 2017, p. 983). Assim, ao se “naturalizar” a agressividade masculina, os homens ficam convictos da impunidade de seus atos, uma vez que, de acordo com essa cultura, é natural culpabilizar as mulheres pelo estupro sofrido, como se elas fossem responsáveis pela conduta sexual dos homens. “Ensina-se às mulheres a se comportarem adequadamente, a não andarem sozinhas, a não vestirem roupas provocativas etc., para evitarem o estupro, como se o comportamento feminino tivesse alguma relação com a conduta sexual masculina” (CAMPOS *et. al.*, 2017, p. 984).

Žižek (2014) também entra nessa discussão ao combater o exemplo infeliz do Sheik Din al-Hilari, que, em 2006, comparou uma mulher sem véu a um pedaço de carne crua – e os homens, a gatos famintos –, afirmando que “O problema é a carne à vista” (HILARI, *apud* ŽIŽEK, 2014, p. 77). Contudo, o filósofo afirma que “a valorização pública dos traços eróticos femininos que caracteriza o Ocidente assenta na premissa de que os homens são capazes de contenção sexual, que não são escravos cegos de suas pulsões sexuais” (ŽIŽEK, 2014, p. 77). A cultura do estupro, portanto, encontra as condições ideais de prosperidade em sociedades onde o machismo, a misoginia, o patriarcado e a dominação masculina predominam. O porteiro do prédio somente se aproximou

de Maria Lúcia, tirando proveito da sua condição de desamparo após a morte do pai, porque ele sabia que, como homem, podia fazer aquilo sem jamais ser interpelado ou sofrer represálias.

Embora o fato de Laura ser fruto de um estupro ter permanecido em segredo por tantos anos, estabelecendo uma linha muito tênue com a violência simbólica, para Žižek (2014), violência subjetiva é “aquela diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável” (p. 17). No caso analisado, portanto, a violência sexual pode ser categorizada como violência subjetiva, pois mesmo sem o uso da força física, houve coação, medo e foi executada por um *agente claramente identificável* – o pai de Laura. A ausência de resistência por parte da vítima não pode ser confundida com consentimento, uma vez que Maria Lúcia estava paralisada pelo medo e, além disso, não tinha ideia do que estava acontecendo:

[...] eu não entendia. Então ele disse. Fica quieta. E começou a tirar o meu vestido. **Eu era maior do que ele, mas tinha um medo maior do que eu.** Fiz o que tinha aprendido a fazer. Deixei fazer. Ele tocava o meu corpo com cuidado, quase com temor. E **foi tocando e tocando em todos os lugares onde meu pai nunca tocou.** Eu não sabia o que ele fazia, mas sabia que ele não devia fazer. Não conseguia me mexer. Talvez nem quisesse. Eu nem mesmo estava ali. [...] Mas continuei parada ali até mesmo quando ele abriu as minhas pernas, e eu senti uma dor tão grande que pensei que tinha acordado todos os vizinhos com o meu grito. **Mas, como tudo em mim, foi um grito de silêncio, porque ninguém apareceu.** Depois de fazer um ruído abafado, ele rolou para o chão. Alguns minutos depois começou a me limpar. **E foi assim que viramos marido e mulher.** Mas eu só soube que aquilo era um casamento muito tempo depois, quando comecei a sair sozinha e observar as coisas. Aí já era tarde para me importar e, de qualquer modo, eu não sabia como mudar (BRUM, 2018, p. 100-101 – grifos nossos).

Laura foi, portanto, resultado da violência sexual a que Maria Lúcia fora submetida durante anos. Estupros ocorridos no sigilo e na segurança do lar. De acordo com a pesquisa de mestrado de Micheli Martini Luz (2020), a violência subjetiva “é aquela que ocorre ao se tentar tirar vantagem de outrem, de abusar da confiança, de proferir maus-tratos no lar” (LUZ, 2020, p. 19). A personagem de Eliane Brum não tinha forças para enfrentar seu abusador, mas, ao escrever suas memórias, reconhece aqueles atos como uma violência, o que se torna visível pelo uso recorrente da palavra “enfiar”, que traz uma ideia de violação, de “entrar sem consentimento”, conforme pode ser analisado nos trechos a seguir: “Numa das vezes em que o ratinho cinzento **se enfiou em mim**, eu engravidei” (p. 124 – grifo nosso); “Constatee que tinha aquela coisa no meio das pernas e um dia **tentaria se enfiar em mim como o pai dele**” (p. 125 – grifo nosso) e “Se ele não queria que aquilo acontecesse, **bastava não se enfiar em mim** durante a noite” (BRUM, 2018, p. 126 – grifo nosso).

O fato de a violência sofrida pela personagem ter sido respondida com outros crimes (o infanticídio de seus quatro filhos recém-nascidos) não será objeto de análise neste estudo. Para este artigo, optou-se por focar nas violências sofridas por Maria Lúcia – e não naquelas praticadas por ela.

3.3 A maternidade compulsória

“Como escapar ao aprisionamento materno quando ele é objeto de um poderoso consenso social? Como mudar o jogo quando toda a sociedade é organizada pelos homens e para os homens, que só encontram vantagens no *status quo*?” (BADINTER, 2011, s/p). Segundo o

dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009), “compulsório” remete a tudo aquilo que é obrigatório e/ou imposto (seja por força de lei ou por convenção social). De acordo com a pesquisa realizada por Ana Luiza de Figueiredo Souza (2019, p. 16), a maternidade compulsória engloba um “conjunto de práticas sociais, culturais e políticas que levam as mulheres a se tornarem ou desejarem ser mães de forma compulsória, sem que isso represente de fato uma escolha”.

Assim, a maternidade vem sendo considerada a norma social hegemônica e enquadra como “desviantes” as mulheres que não têm filhos ou aquelas que negam os supostos poderes transformadores que a experiência da maternidade é capaz de exercer na vida de uma mulher.

Em outras palavras, essa descrição da “natureza feminina”, usada para justificar a obrigação das mulheres de ser mães, também é usada para reforçar a ideia de que elas são dotadas de um instinto maternal congênito e de uma espécie de caixa de ferramentas inata que induz as mulheres, mais que os homens, a criar os filhos que elas deram à luz ou adotaram, e a cuidar deles (DONATH, 2017, p. 60).

Por muitos anos, esse padrão nunca foi questionado, mas, a partir da Segunda Onda feminista, surgiram obras de escritoras problematizando a relação da maternagem (ato de cuidar) como algo intrínseco ao universo feminino. Logo, o ato de maternar passou a ser visto não mais como uma experiência restrita às mulheres e sim como uma norma social imposta. “Há mulheres que engravidam, dão à luz e criam filhos resultados de estupros; interrompem gestações ou as levam adiante devido a pressões e decisões que não são sempre nem necessariamente suas [...]” (DONATH, 2017, p. 38).

Evidentemente, o caso de Maria Lúcia é um exemplo extremo de maternidade compulsória, tendo em vista que ela fora vítima de violência sexual, e os cinco filhos que gerou foram resultado de relações forçadas. Mesmo que, a priori, possa parecer que Maria Lúcia tenha escolhido ficar com Laura (naquele momento em que desistiu de matar a filha afogada na privada), em dado momento a personagem deixa claro que nunca havia refletido antes sobre a maternidade: “Mas eu, **pensando hoje, acho que nunca quis ser mãe**, nem de Laura, nem de ninguém” (BRUM, 2018, p. 122 – grifo nosso).

Assim como Maria Lúcia, existem, dentro e fora do mundo ficcional, mulheres que não desejam (ou que sequer tiveram a chance de refletir sobre) a vivência materna. No Brasil, fatos recentes envolvendo meninas e mulheres estupradas tiveram muita repercussão na mídia⁵. Pessoas que passam por esse tipo de violência são desumanizadas ao terem sua vontade, dignidade e privacidade violadas.

Além disso, não é só em casos de estupro que a mulher é vítima da maternidade compulsória.

Há mulheres que não têm escolha a não ser serem mães devido a sanções sociais impostas em sua comunidade; outras não desejam a maternidade *per se*, mas sim obter algo por meio dela; há as que, apesar de não desejarem ser mães, consideram essa possibilidade devido à vontade de seu parceiro de ter filhos; e há mulheres que, em retrospecto, não têm certeza sobre a razão por que decidiram ser mães. (DONATH, 2017, p. 29)

⁵ Em 2020, uma criança de 10 anos foi estuprada pelo tio no Espírito Santo e precisou ir até Pernambuco para ter acesso a um aborto legal, pois o hospital de Vitória negou-se a realizar o procedimento, devido ao tempo da gestação ser superior a 20 semanas (sendo que a lei não estabelece tempo máximo de gestação em casos de estupro). Além disso, os dados da criança foram vazados por uma ativista pró-vida, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente; em 2022, em Santa Catarina, a mãe de uma menina de 11 anos também precisou recorrer à justiça para conseguir realizar o aborto da filha, pois o Hospital Universitário da UFSC não quis realizar o atendimento. Contudo, a juíza negou o pedido e o caso veio à tona causando grande repercussão; alguns dias após esse episódio da criança da região de Florianópolis vir à tona, outro caso de estupro causou comoção, desta vez envolvendo uma conhecida atriz de 22 anos, que acabou sabendo da gestação apenas alguns dias antes da criança nascer – e optou por entregá-la à adoção, cumprindo todos os procedimentos legais necessários. A atriz também teve o direito à privacidade negado, e uma enfermeira do hospital acabou sendo responsabilizada pelo vazamento de dados.

Algumas dessas mulheres fazem parte da pesquisa de Donath, na qual a socióloga afirma que a maternidade nem sempre é uma escolha da mulher e sim uma consequência de muitos fatores sociais e culturais, e é possível identificar nesses relatos formações discursivas que remetem à pouca liberdade e muita opressão. Para Žižek, a “violência simbólica, que não é menos real por ser simbólica, cumpre a função de tornar possível a violência real. Mais que isso, torna-a invisível” (2014, p. 146). Esse tipo de violência constitui-se pela linguagem e pela “imposição de um certo universo de sentido” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). Já de acordo com Bourdieu, a violência simbólica atua como uma força oculta.

[É] uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. [...] ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta. (2012, p. 50-51)

Portanto, é possível situar tanto a dominação masculina quanto a maternidade compulsória como tipos de violência contra a mulher, mesmo nos casos em que não há violação sexual, ao passo que elas podem enquadrar-se no que é denominado violência simbólica – “a violência subterrânea que perpassa os discursos que autorizam e reproduzem as relações de dominação social; está inserida nos discursos, nas piadas e brincadeiras de mau-gosto, carregadas de machismo, xenofobia, entre outros” (LUZ, 2020, p. 19).

Considerações finais

É sabido que a literatura brasileira carrega a tradição do controverso narrador em primeira pessoa – o famoso “narrador não confiável”. Esse legado, deixado por Machado de Assis, ensinou que pode ser problemático confiar plenamente em uma versão que considera o ponto de vista de apenas um dos envolvidos na trama. Contudo, em um romance, existem muitas camadas a serem analisadas. O ponto central da narrativa *Uma Duas* é a relação conturbada entre mãe e filha – o livro problematiza e desconstrói o ideal social de maternidade.

Embora Maria Lúcia tenha extrapolado limites legais e morais ao cometer infanticídio, é impossível desconsiderar (embora não se pretenda justificar) que seus atos tenham originado-se da violência por ela sofrida: Maria Lúcia foi vítima de violência subjetiva, através da violação sexual, e também de violência simbólica, através da dominação masculina a que sempre esteve submetida e pela imposição da maternidade, tendo em vista que não foi uma opção sua ser mãe (e talvez nunca tivesse tido filhos se não fosse estuprada).

Escolher afogar os filhos recém-nascidos na privada foi seu único ato de rebeldia dentro daquele relacionamento abusivo. Na obra, o ato do infanticídio representa a cisão que Maria Lúcia queria dar à opressão, da qual não podia se libertar. Mesmo que ela pudesse mudar as coisas, não saberia como, pois a socialização da personagem foi sempre a partir desse lugar de subordinação, à sombra de um homem.

Assim, Maria Lúcia percebeu que a única forma de confrontar e de atingir o seu agressor era matando os filhos dele. Talvez ela não tivesse forças para acabar com a vida do seu abusador, mas acabar com o fruto da violência sofrida pode ter sido uma libertação para a personagem: em última análise, uma violência simbólica contra o seu próprio estuprador. Para ela, os filhos

assassinados não representavam apenas o pai deles – e sim todo o sistema opressor que sempre reduziu suas possibilidades de defesa e o universo masculino que ela nunca tivera forças para enfrentar.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Tradução: Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011. E-book.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução: Maria Helena Bertrand. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.
- BRUM, Eliane. *Uma Duas*. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.
- CAMPOS, Carmen Hein de et. al. *Cultura do estupro ou cultura antiestupro?* In: Revista Direito GV, Volume: 13, Número: 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>. Acesso em: 01 jan. 2022.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*, Campinas, SP, 2012. DOI: 10.20396/remate.voi0.8635992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. *Sobre a Violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- DONATH, Orna. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Tradução: Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. E-book.
- FARIAS, Ariane Avila Neto de. *Nada é natural na natureza: a construção do sujeito-mãe na Literatura Brasileira Contemporânea escrita por mulheres*. 232f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. *“Me deixem decidir se eu quero ou não ser mãe!”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais*. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (CD-Rom).
- LUZ, Micheli Martini. *Imaginários da violência feminina na literatura latino-americana: legítima defesa, vingança e banalização da violência*. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.
- MERUANE, Lina. *Contra os filhos*. Trad. de Paloma Vidal. São Paulo: Todavia, 2018. E-book.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. Espaços da/na literatura em Uma Duas, de Eliane Brum. In: *Configurações do espaço na literatura de autoria feminina*. Orgs: Cinara Ferreira [e] Cristina Arena Forli. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. 220 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230998/001132831.pdf?sequence=1#page=108>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência*: seis reflexões laterais; tradução Miguel Serras Pereira. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.